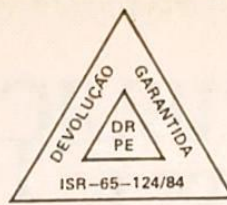


# Jornal do ENGENHEIRO

Nº 07 - Dezembro 1985 - Ano II

Órgão Informativo  
do Sindicato dos Engenheiros  
no Estado de Pernambuco



PORTE PAGO  
DR/PE  
ISR-65-123/84

IMPRESSO

## DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESTATAIS: COMO ANDA NA CHESF E NA CELPE?

Dando continuidade aos trabalhos da comissão "Pró-Democratização das Estatais", nosso Sindicato participou dos debates realizados na CELPE (dia 24.9.85), e na CHESF (dia 12.11.85). Nas duas ocasiões foram proferidas palestras expositivas sobre a questão pelo economista Wilson Jansen, pelo Eng<sup>o</sup> José Ailton de Lima e pelo Eng<sup>o</sup> Antonio Pereira Filho.

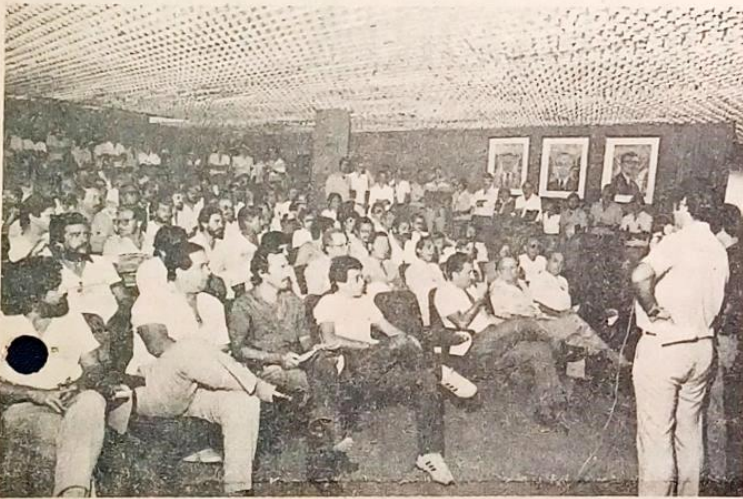
Dos debates e discussões que se seguiram ressalta-se como prioritário o desencadeamento de algumas ações, tais como:

- Necessidade de uma campanha para separar o que é setor produtivo estatal do que não é setor produtivo.
- Necessidade de discussão e análise do projeto de estatuto das estatais, já em tramitação no Congres-

so.

- No caso da CHESF, discussão das perspectivas de um planejamento empresarial integrado.
  - Necessidade de se levar ao nível de cada empresa uma discussão do seu papel social. Neste caso, por ser a CHESF uma empresa de abrangência regional é de prioritária importância essa discussão.
- Deve-se ressaltar a boa participa-

ção dos empregados das empresas aos debates, especialmente os engenheiros. Uma questão levantada durante os debates: Como levar a questão da Democratização das Empresas a todos os níveis de empregados das empresas? Como sair do terreno dos debates e discussões para as ações práticas envolvendo todo o conjunto de trabalhadores das empresas?



Foto/Paulo Bento



## CONSUMIDORES INDUSTRIAIS EM 230 kV

Como fruto de debate, ocorrido no auditório da CHESF, com a participação do SENGE, os funcionários daquela empresa encaminharam, no dia 23/09/85, à sua Diretoria, um documento intitulado "Posicionamento Relativo à Responsabilidade de Suprimento aos Consumidores de 230 kV do Nordeste", onde sugeriram a criação de uma comissão com especialistas das diversas áreas envolvidas com o assunto, por entenderem que o problema é complexo, não devendo, pois, ser resolvido entre quatro paredes, por meia dúzia de pessoas.

Na primeira semana de outubro a Diretoria plena da CHESF criou uma comissão conforme sugerido pelos funcionários. Desta comis-

são fazem parte: Eng<sup>o</sup> Roberto Alcoforado (coordenador) representando a área de engenharia, Eng<sup>o</sup> Marupirajo de Oliveira representando a área de operação, economista Wilson Jansen representando a área econômico-financeira e o advogado João Cruz representando a área jurídica. A citada comissão ficou de apresentar os resultados dos seus trabalhos nas primeiras semanas de novembro.

Algumas questões devem ser levantadas sobre a participação da sociedade nesse caso. Nos primeiros dias, em que o problema foi levantado, houve diversos pronunciamentos de parlamentares e entidades de classe na grande imprensa. A participação dos funcio-

nários foi efetiva a partir da sugestão de criação da comissão.

Entretanto, não podemos nos iludir com esta frágil participação. Ainda são tênues os laços que ligam a participação democrática da sociedade com o processo de tomada de decisão. Senão vejamos: apesar de criada a comissão, não foi ventilada em nenhum momento a participação de um representante sindical na mesma. As entidades de classe foram cientificadas da criação da comissão porém, nem os nomes dos integrantes destas nos foram formalmente fornecidos, apesar de se ter solicitado formalmente à Diretoria da CHESF o pleito de se manter entre a comissão e as entidades de classe canais abertos de interação

entre as partes; os consumidores industriais em nenhum momento foram sequer ouvidos; e outras coisas mais.

Agora entramos na fase decisória deste processo. Como se dará a participação da sociedade? Como os funcionários da CHESF avaliarão o resultado do trabalho da comissão criada pela Diretoria? Como evitaremos o risco de ver legitimada uma decisão contrária aos interesses da sociedade? Não deveriam as entidades de classe, a partir deste momento, se empenhar na formulação de um posicionamento político onde fossem envolvidos outros segmentos da sociedade, tais como, CCON, AEDENNE, os próprios consumidores industriais e demais entidades de classe dos outros estados nordestinos?

# A "CONTRIBUIÇÃO" SINDICAL E SUAS IMPLICAÇÕES

Eng<sup>o</sup> Antoniel Alves Feitosa

Um dos assuntos mais polêmicos no seio do movimento organizado dos trabalhadores, é, sem dúvida, o Imposto Sindical, hoje, para maior confusão, denominado de Contribuição Sindical. É ele um dos meios mais eficazes adotados pelo Estado para amarrar os sindicatos e transformar os seus dirigentes em pelegos.

Vejam algumas razões que fundamentam a afirmação acima: 1. Essa "contribuição" não decorre de ação voluntária dos trabalhadores associados ao sindicato, mas sim de imperativo de lei, imposto a todos os trabalhadores indiscriminadamente associados ou não a sindicatos. Sua cobrança é compulsória e, além disso, 20% do total arrecadado destinam-se ao Ministério do Trabalho (Fundo de Emprego e Salário).

2. Como este dinheiro é arrecadado pelo Governo, este se arvora também no direito de controlá-lo, pois a lei discrimina minuciosamente como, quando e onde o dinheiro pode ser gasto, e controla tudo isso através do serviço de auditoria do Ministério do Trabalho. A obrigação de destinar quase todos os recursos a atividades assistenciais ou de lazer, tenta impedir investimentos nos setores de conscientização, organização e luta dos trabalhadores.

3. Do total arrecadado de todas as categorias de trabalhadores, 60% são recolhidos aos respectivos sindicatos. Com isto, o dirigente sindical não necessita empenhar-se para trazer a categoria a filiar-se ao sindicato, porque o dinheiro entra de qualquer jeito. Portanto, até preferem ter poucos sócios para melhor controlar as eleições e reduzir inclusive as despesas assis-

tenciais e de lazer que são restritas aos sócios.

4. Com o dinheiro sobrando os pelegos cercam-se de mordomias, constroem sedes luxuosas, aumentam o número de funcionários burocráticos, instituem o clientelismo que os mantém na direção dos sindicatos e acabam esquecidos da categoria.

5. Sob a alegação de que o sindicato não é livre e pode sofrer intervenção, estes sindicalistas deixam de realizar até mesmo o mínimo de atividades que seriam possíveis mesmo com o atrelamento, como negociar seriamente, defender os direitos dos trabalhadores, etc.

6. As Federações, que ficam com 15% do total arrecadado, e as Confederações, que recebem 5% deste total, acabam tendo uma grande disponibilidade de recursos porque recebem de vários sindicatos e não tem as mesmas despesas que estes. Além disso, estão ainda menos sujeitas do que os sindicatos às pressões das bases.

tos e não tem as mesmas despesas que estes. Além disso, estão ainda menos sujeitas do que os sindicatos às pressões das bases.

Isso permite a muitas Federações usarem o dinheiro para atrair os sindicatos pequenos à sua dependência financeira e em seguida, utilizá-los para perpetuar no poder os dirigentes das Federações, uma vez que nas Federações cada Sindicato tem um voto.

Concluindo, podemos afirmar que o Imposto Sindical é uma instituição de fundamental importância na sustentação do sindicalismo verticalista e atrelado, e um forte entrave para o avanço da luta dos trabalhadores. Devemos discutir formas alternativas de sustentação financeira das nossas entidades, buscando a construção de um sindicalismo livre e autônomo.

## Jornal do ENGENHEIRO

Órgão do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco  
Rua Afonso Pena, 149 - Boa Vista  
Fones: 222-2902 - 231-0821  
50000 Recife PE

### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Cláudio Pinto  
Secretário: Cláudio Marinho  
Tesoureiro: Jurandir Liberal  
Suplente: Rômulo Rangel  
Suplente: Eduardo Ramos  
Suplente: Severino Moraes

### CONSELHO FISCAL

Conselheiro: Jaime Gusmão  
Conselheiro: Newton Monteiro  
Conselheiro: Cláudio Dubeux  
Suplente: Izaias Andrade  
Suplente: Sales Zaicaner  
Suplente: Geraldo Miranda

### REPRESENTAÇÃO NA FEDERAÇÃO

Delegado: Carlos Aguiar  
Delegado: Zoroastro Maia  
Suplente: Lúcio Monteiro  
Suplente: Arlindo Teles

### CONSELHO EDITORIAL

Coordenador: Antoniel Feitosa  
Cláudio Marinho  
Pedro Carvalho Neto  
Fernando França

Jornalista Responsável: Romildo Porto

Programação Visual:

José Anacleto Eloi de Almeida

Composição: M. Magalhães

Composições Gráficas

Impressão:

Gráfica e Editora do NE Ltda.

Concorrendo em chapa única, o companheiro Antônio Octaviano, de São Paulo, foi eleito o novo presidente da FNE. Para facilitar a votação, foi colocada uma urna na sede do nosso Sindicato, enquanto que uma outra, volante, percorreu a Rede Ferroviária Federal, Celpe, Compesa, Sudene e Chesf, para que os colegas exercitassem o direito de voto no próprio local de trabalho. Aqueles que estão viajando ou desenvolvendo as suas atividades profissionais no interior do Estado, também tiveram acesso ao processo eleitoral, votando por correspondência, através do envio do voto para a sede da FNE.

São os seguintes os novos membros eleitos para a Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados Representantes e respectivos suplentes:

A FNE representa legalmente, a nível nacional, os profissionais da engenharia do Brasil e, como tal, deve propugnar pela unidade da categoria na defesa dos seus interesses e na luta por suas reivindicações. A Federação é composta de uma diretoria com dez membros efetivos: presidente, cinco diretores regionais, dois secretários, e dois tesoureiros, todos com seus respectivos suplentes. Possui ainda um Conselho Fiscal, com três membros efetivos e três suplentes, e se faz representar na Confederação Nacional de Profissionais Liberais através de dois membros e respectivos suplentes. Seu órgão máximo e soberano é o Conselho de Representantes, formado por dois delegados de cada sindicato filiado.

pelos seus Estatutos, a FNE deve, para cumprir seus objetivos,

## FNE ELEGE NOVA DIRETORIA

### EFETIVOS

Presidente: Antonio Octaviano (SP)

### Diretor Regional:

Norte: Harold Stoessel Sadalla (PA)  
Nordeste: Cláudio Pinto de Melo (PE)  
Leste: Eduardo Benedito de Oliveira Araújo (BA)  
Centro Oeste: Augusto Ceiso Franco Drummond (MG)  
Sul: Pedro Bisch Neto (RS)  
19. Secretário: Jorge Ricardo Bittar (RJ)  
29. Secretário: Fernando Thielen (SC)  
19. Tesoureiro: Maria de Fátima Ribeiro Có Soares (DF)  
29. Tesoureiro: Cezar Rubens Figueiredo (GO)

### Delegados Representantes (CNPL)

Edison Camboin (PR)  
Flávio Teles de Farias (AL)  
Raimundo Adolfo (PB)  
Eduardo Hely Menezes Ferreira (SE)  
José Alfredo Sobreira Rocha (CE)

### Conselho Fiscal:

Edison Camboin (PR)  
Flávio Teles de Farias (AL)  
Raimundo Adolfo (PB)  
Eduardo Hely Menezes Ferreira (SE)  
José Alfredo Sobreira Rocha (CE)

### SUPLENTES

Marcos Antonio Marques (MA)  
Francisco de Assis Araújo Neto (PB)  
Elgem José Braga França (VR)  
Carlos Alberto Langassner (MG)  
Fabio Armando Botelho Cordovil (SC)  
Margareth Batista Saraiva Coelho (ES)  
José Marcios de Carvalho Vale (MG)  
Hallen Habert (SP)  
Paulo Augusto Leonelli (BA)

Ciro Paulo da Cunha e Silva (RS)  
Pedro Afonso Domingues Batista (GO)  
Francisco Vicente Cesario (VR)  
Eliomar de Souza Coelho (RJ)  
Clidemar da Câmara Torres (PE)

a) exercer, no interesse dos profissionais de engenharia, as prerrogativas legais atribuídas aos órgãos sindicais do País, representar, em âmbito nacional, categorias profissionais; b) promover e intensificar os laços de solidariedade com os trabalhadores, especialmente os das categorias integrantes de empresas de engenharia; c) promover o intercâmbio com outras entidades sindicais, nacionais ou internacionais, participando de eventos por elas promovidos, sempre que autorizada pelo Conselho de Representantes.

Vê-se, portanto, estampado nos seus Estatutos, o princípio federativo. A FNE existe em função dos sindicatos, sendo estes os órgãos de representação da categoria em caráter regional. Na capacidade de representar de fato os anseios dos seus filiados e dos associados dos

sindicatos está a maior ou menor legitimidade da FNE. O processo de escolha por eleição direta da sua diretoria é um passo na direção desta maior representatividade.

Nesta primeira eleição, após intensos debates, costurou-se uma chapa unitária para concorrer ao pleito. Neste processo, coube a Pernambuco a indicação de candidatos aos cargos de diretor regional do Nordeste e suplente do Conselho Fiscal. Apresentaram-se duas chapas para concorrer, em eleição direta, à indicação para os dois postos. Para maiores esclarecimentos da categoria em relação à disputa, o JORNAL DO ENGENHEIRO publica artigos assinados dos concorrentes.

(Continua na página 3)

### Eng<sup>o</sup> Cláudio Pinto de Melo

Pela primeira vez em toda a sua história, a Federação Nacional dos Engenheiros escolheu a sua diretoria através de eleição direta nos últimos dias 26 a 28 de novembro. Cumpriram-se, assim, o que ficou determinado no III ENSE. Todos os engenheiros em dia com as suas obrigações sindicais puderam votar para a constituição da nova diretoria.

Estabelecidas as regras que regerão esta primeira eleição direta na FNE, o SENGE-PE deflagrou um amplo e democrático processo de debates através das reuniões que realizamos todas as quartas-feiras. Para alguns companheiros equivocados, a posição adotada pelas principais lideranças do sindicalismo dos engenheiros em constituir uma chapa de situação (UNITÁRIA) foi vista como uma negação à democracia.

Como fui um dos primeiros a tomar posição desde o início do processo eleitoral na formação da chapa UNITÁRIA, esclareço agora, para toda a categoria a visão que tenho do assunto. Em primeiro lugar, não há nenhuma negação de democracia em se fazer uma chapa UNITÁRIA. O que se pretende é fazer com que permaneçam juntos todos aqueles que, nos últimos anos, têm conduzido a FNE de forma acertada e positiva. A democracia fica resguardada a partir do instante em que se assegura a qualquer pessoa, ou grupo, o direito de se candidatar e se submeter ao julgamento da categoria. A chapa UNITÁRIA não impediu aqueles que dela discordam de se inscrever e participar desta eleição, com toda a campanha custeada — desde a emissão de jornais a viagens por todo o Brasil — pela

FNE, conforme consta do edital aprovado e discutido por todos os sindicatos.

Nas diversas reuniões a nível nacional realizadas para tratar do assunto, ficou decidido que o Conselho de Representantes, ampliado pela participação dos presidentes dos sindicatos, seria o fórum decisivo das eleições, e neste fórum Pernambuco teve posição de destaque, com participação ampla nos debates, ponto de vista claro sobre todos os problemas levantados e votando unitariamente. Todos nós sabemos — e é bom que isto fique claro, pois só assim as questões sindicais serão entendidas — que hoje predomina no movimento sindical duas visões de encaminhamento da luta: uma visão encabeçada pela Conclat e outra pela CUT. As lideranças dos dois blocos, a nível nacional dos engenheiros, estão hoje nas mãos do engenheiro Antônio Octaviano, o presidente do Sindicato de São Paulo, e o engenheiro Jorge Bittar, da CUT e presidente do Sindicato do Rio de Janeiro.

Na reunião realizada no Rio de Janeiro, onde aqueles dois dirigentes disputavam a presidência da futura chapa unitária, a maioria dos sindicatos se posicionou favorável à presidência ser ocupada pelo engenheiro Octaviano, o que foi aceito por ambas as partes. Porém, na composição da diretoria executiva não foi possível se chegar a uma opinião comum. O grupo liderado por Octaviano, que tinha 11 votos do total de 19 sindicatos filiados à FNE, desejava ter seis participantes na diretoria executiva e deixar as quatro vagas restantes para o grupo de Bittar. Já o grupo liderado por este defendia a divisão por igual, entre as duas facções, dos cargos da direto-

ria executiva. O impasse levou os dois grupos a uma disputa nacional com cada um lançando a sua chapa.

Os militantes do nosso sindicato, que durante todo o processo tinham permanecido unidos, conforme decisão das nossas reuniões das quintas-feiras, a partir da constituição das duas chapas, cada colega seguiu sua tendência natural. Pessoalmente, passei a apoiar a chapa do engenheiro Antônio Octaviano. Foi uma decisão importante e, como tal, difícil de ser tomada. Esse nível de definição ocorreu em todo o País com os militantes da categoria se posicionando de acordo com a sua afinidade política.

Esta situação de ajustamento às duas candidaturas levou as duas lideranças, Octaviano e Bittar, a uma nova tentativa de composição da chapa UNITÁRIA, fato que veio a ocorrer e foi referendado por todos os sindicatos, em Brasília, no dia 7 de setembro. Nessa reunião ficou decidido, também, duas vagas na chapa para Pernambuco: uma de Diretor da Região Nordeste — que já era um consenso de todos — e outra de suplente do Conselho Fiscal. Chegando a Pernambuco, já no dia 8 de setembro, procurei os companheiros que estavam apoiando a candidatura do engenheiro Bittar, verificando a possibilidade de tentarmos também aqui proceder o acordo já feito a nível nacional. Isso contudo não aconteceu, pois para os grupos políticos existentes, a vaga de Diretor Regional (membro da Diretoria Executiva da Federação) retomava à questão sobre qual grupo teria maior peso na Diretoria Executiva da FNE. Como fruto da posição que tínhamos assumido desde o início da

discussão do processo eleitoral — e não contestada pelos demais companheiros —, resolvemos realizar uma ampla consulta junto a categoria a decisão dos nomes que ocupariam os cargos de Diretor Regional e suplente do Conselho Fiscal. Vale salientar que a decisão tomada em Brasília era a de que caberia às diretorias dos sindicatos indicar os seus representantes.

Sabemos que cada Estado teve uma forma própria de escolha dos seus representantes. E compreendo, também, que esta é uma decisão que respeita a cada situação concreta, não devendo haver interferência, portanto, de um sindicato em outro, pois as realidades são bastante diversas no nosso País, não podendo haver uma regra geral. Considero, ainda, que só há uma forma de fazer a categoria avançar na luta por um sindicato e uma Federação mais forte e representativa, qual seja a de colocar todas as informações à disposição dos nossos associados, de forma franca e sincera, pois entendemos que só com informações corretas é que todos podem decidir sobre os fatos de nossa política sindical.

A nova diretoria que foi eleita traz uma legitimidade inquestionável, pois além de ser respaldada pelos debates havidos em todos os sindicatos, conta com a participação de oito presidentes sindicais consagrados pelos votos dos associados. E, no caso de Pernambuco nos sentimos fortalecidos pelo resultado da votação de 445 companheiros que referendaram com sua participação o processo que todos nós sabemos montar nos últimos anos na FNE.

### Eng<sup>os</sup> José Ailton de Lima e Clidemar da Câmara Torres

Nos dias 10 e 11 de setembro foi realizada uma Assembléia para escolha dos representantes de Pernambuco, para a chapa única que concorreu à Federação Nacional dos Engenheiros — FNE, para os cargos de Diretor Regional do Nordeste e Suplente do Conselho Fiscal.

Os cargos foram disputados por duas chapas e, compareceram ao pleito 445 engenheiros, que votaram conforme os resultados abaixo:

Diretor Regional Nordeste — Cláudio Pinto de Melo — 255 votos (57,4%)

Suplente do Conselho Fiscal — Ednaldo Macedo — 192 votos (45,2%)

Diretor Regional Nordeste — José Ailton de Lima — 187 votos (42,1%)

Suplente do Conselho Fiscal — Clidemar da Câmara Torres — 229

votos (51,6%)

Uma vez que não houve vinculação de votos, foram escolhidos portanto, Cláudio Pinto e Clidemar. Todavia, é necessário que tenhamos claro todo o processo político e não só os seus resultados estatísticos e aritméticos. Dar a nossa visão sobre o processo é um dever e uma forma de mostrar coerência com os compromissos que assumimos anteriormente.

Primeiro, é que a atual Diretoria da FNE não teve sensibilidade política suficiente para corresponder ao verdadeiro anseio dos engenheiros, que é a eleição direta. Somente Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Goiás conseguiram fazer Assembléias e escolher, soberana e legitimamente, os seus representantes. Nos demais 15 sindicatos, filiados à FNE, os nomes foram impostos pelos acordos de cúpula. Aqui em Pernambuco, conseguimos dar um mínimo de legitimidade e abertura a um processo, que a FNE fez tudo para manter

fechado. Quem participou da Assembléia do dia 10.09 sabe o quanto foi rico o processo aqui em Pernambuco e, pode avaliar melhor, o que se deixou de fazer nos outros 15 estados já citados.

Segundo, é que a chapa Ailton/Clidemar teve como fundamento político a descentralização e a definição de compromissos claros e explicitados, assumidos publicamente. Resgatamos com isso uma prática que cremos importante em nossos movimentos sociais.

Terceiro, é que a proposta de descentralização foi respaldada por 42,1% dos votos. Observamos todavia, que no decorrer do processo eleitoral, a proposta de descentralização foi quase que exclusivamente reduzida à questão da acumulação de cargos e, a proposta de centralização reduzida à questão de perda de prestígio pelo sindicato. Sabemos da complexidade que envolve o confronto centralização versus descentralização e, nos sentimos gratificados

em contribuir de forma concreta com o posicionamento de nossa categoria sobre essas questões.

Quarto, é que durante 3 dias foram dezenas de companheiros a defender a proposta de descentralização e a distribuir quase 2.000 cartas-compromissos. Se isso não foi suficiente para ganhar eleitoralmente e de forma plena o pleito, pelo menos foi bastante para desmitificar a centralização e o personalismo, mostrando que todo o trabalho sindical se apóia na participação de muitos companheiros.

Quinto, é que crescemos todos com esse processo pois, ao contrário do que alguns colegas esperavam, não houve desgaste ou rutura do sindicato. Antes pelo contrário, revitalizaram-se as forças e motivações dentro da categoria. Estamos e continuamos trabalhando juntos no sindicato, absorvendo de forma democrática os resultados da disputa.

# A REFORMA AGRÁRIA NA NOVA REPÚBLICA

Jorge Coelho - Eng<sup>o</sup> Agrônomo  
(Coordenador da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA, em Pernambuco)

Uma das "bandeiras" assumidas por Tancredo Neves foi a reforma agrária. Mesmo considerado como um conservador, Tancredo não deixou de se preocupar com a miséria do trabalhador rural brasileiro e chegou a dialogar com o Papa João Paulo II, sobre a situação camponesa e a reforma agrária, voltando de Roma convicto de que a reforma agrária não era idéia de comunistas.

A reforma agrária é, antes de mais nada, um princípio de justiça social e uma única e exclusiva forma de elevar o nível de vida de milhões de pessoas que têm na agricultura sua única alternativa de sobrevivência para entrar no mercado de bens de consumo e contribuir para o desenvolvimento. Assim ocorreu em quase todas as nações do mundo, em particular no

mundo desenvolvido.

O Governo da Nova República manteve acesa a chama da reforma agrária e despertou a expectativa de melhoria de vida para milhões de camponeses sem terra ou com pouca terra. O Governo colocou em "postos-chaves" homens comprometidos com os trabalhadores rurais e que conheciam a fundo o problema da terra. A Lei 4.404, de 30.11.1964 (O Estatuto da Terra) depois de 20 anos de sua promulgação deveria sair finalmente das prateleiras empoeiradas do Inca e definitivamente ser aplicada.

Constando de 128 artigos, o Estatuto da Terra contempla a desapropriação por interesse social, como principal instrumento para assegurar a execução da reforma agrária. Essa desapropriação deveria comandar o processo de execução da reforma agrária. Mas, lamentavelmente, o próprio Inca ou o Estado (Governo) entendeu que a lei deveria ser discutida "de-

mocraticamente" com os latifundiários mais intransigentes e retrógrados do País. Começaram, então, os grandes recuos do Governo diante das ameaças dos latifundiários de receberem à bala quem quer que tentasse enquadrá-los num projeto reformista. E isto foi revelado através, inclusive, da televisão, num autêntico desafio ao Governo, sem que qualquer medida fosse posta em prática para repelir tais desaforos às autoridades constituídas do País.

O resultado é que os trabalhadores, que antes já consideravam tímido o Plano Nacional de Reforma Agrária, não acreditam que o Governo da Nova República cumpra sequer com o que convencionalmente se chama de "Reforma Agrária de Conciliação", na qual os latifundiários são intocáveis, desde que tenham áreas em produção. Restam-lhes as perspectivas de serem transferidos para áreas devolutas e/ou de conflitos, o que não lhes dá muita chance de per-

manecerem na terra em que trabalham. Isto, provavelmente, será mais uma anti-reforma que acarará em aumento da taxa de êxodo rural, redução de alimentos básicos e aumento dos preços dos produtos agrícolas, sem nenhuma perspectiva das mudanças estruturais que constituem uma verdadeira reforma agrária, quais sejam: resgate da cidadania do trabalhador rural mediante a participação nas decisões emanadas do Poder Central; melhor redistribuição de renda e elevação do nível de vida da classe trabalhadora rural; objetiva participação nos frutos do desenvolvimento.

Esta é a triste perspectiva da reforma agrária da Nova República, caso não venha a sociedade brasileira a influir decisivamente no processo de transformação social e econômica que está a exigir toda a Nação.

## LOBBY AMEAÇA A COSINOR E DEMITE ENGENHEIROS

A Companhia Siderúrgica do Nordeste-Cosinor demitiu no mês de outubro seis engenheiros, todos eles da alta direção da empresa. O fato provocou a maior repulsa em todos os setores da engenharia pernambucana pois reconhecemos nos colegas demitidos profissionais da melhor competência e funcionários que desempenharam importante papel na recuperação daquela indústria, principalmente quando ela esteve prestes a fechar suas portas, em 1983, o que provocou uma séria crise de desemprego no setor metalúrgico do Es-

tado.

Desde que tomou conhecimento do caso, o nosso Sindicato tem procurado agir em conjunto com as outras entidades da categoria, visando a esclarecer quais as verdadeiras razões das demissões e procurar descobrir quais as intenções do BNDES — hoje o principal acionista da empresa — com relação ao futuro da Cosinor.

Nas diversas reuniões mantidas com os dirigentes do BNDES até agora não recebemos explicações satisfatórias para os atos que atingiram inclusive as secretárias dos

seis engenheiros demitidos. Estamos convencidos de que por trás das demissões há uma clara manobra de inviabilizar a empresa para justificar o seu fechamento e depois de sucateá-la para vender o que restar a preço vil. As demissões dos engenheiros e suas secretárias se configuram em uma primeira etapa, um passo para a destruição do patrimônio tecnológico da empresa e sua posterior venda a grandes grupos nacionais ou estrangeiros. Foram exatamente esses engenheiros agora afastados que organizaram a resistência à

ordem do BNDES, em 1983, para fechar a empresa. Posteriormente, com competência, esses colegas conseguiram recuperar a indústria.

É contra essas artimanhas maquiavélicas que visam a favorecer certos grupos econômicos que nosso Sindicato, ao lado de outras entidades da engenharia, lança o seu protesto e permanece alerta. A Cosinor representa um patrimônio tecnológico e social não só para Pernambuco, mas também para o Brasil.

## CUT FAZ CONGRESSO

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) realizou com sucesso nos dias 29 e 30 do mês passado o primeiro deste mês, o seu 2º Congresso Estadual, em Pernambuco, tendo como tema central "Os Trabalhadores frente ao Pacto Social".

No congresso, a classe trabalhadora que participou ativamente dos trabalhos, discutiu sobre as suas Campanhas de Lutas; Dívida Externa; Constituinte; Reforma

Agrária; Previdência Social; Implantação e Estruturação da CUT-PE; Convenção 87 da OIT; Estrutura Sindical e Legislação de Greve.

A exemplo do 1º Congresso, esse 2º conclave estadual deixou claro que o princípio fundamental da CUT é a defesa intransigente dos direitos das reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros, bem

como do povo explorado em geral.

O 2º Congresso da CUT, segundo explicaram os seus organizadores, defendeu, mais uma vez, "a unidade da classe trabalhadora, objetivando representá-la a nível nacional, com respeito absoluto para com as suas convicções políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas, lutando pela sua independência econômica, política e

organizativa".

Foi reafirmado, também, que "a CUT luta para transformar os atuais sindicatos em entidades classistas e organizadas a partir dos locais de trabalho". O Congresso, que durou três dias, foi realizado no Centro de Trabalho e Cultura (CTC), no bairro dos Coelhos, no Recife.

# A LUTA POR XINGÓ

Desde o início, em fins de 1954, da operação comercial da primeira Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco-CHESF tem sido responsável pelo atendimento a um mercado cuja demanda cresceu 56,5 vezes em 30 anos (80MW em 1955 e 4.527 MW em 1984).

A vocação hidrelétrica do Brasil apresenta no Nordeste um aspecto muito peculiar, por estar mais de noventa por cento do potencial hidrelétrico disponível concentrado num único curso d'água - O RIO SÃO FRANCISCO.

A energia firme possível de ser proporcionada pelo rio São Francisco no seu trecho nordestino é da ordem de 6.500 MW médios, correspondendo a uma geração garantida de cerca de 56 bilhões de kWh anuais.

Construídas as quatro Usinas de Paulo Afonso, que aproveitam o desnível criado pela natureza na região da cachoeira e início do Canyon, as Usinas de Moxotó e de Sobradinho, cujo reservatório proporciona a vazão mínima garantida de 2.060 m<sup>3</sup>/s, e iniciada a construção da UHE Itaparica com geração prevista para fins de 1987, a CHESF intensificou os estudos do aproveitamento hidrelétrico que fecharia o Canyon e representaria, individualmente, a maior Usina hidrelétrica da CHESF.

Desde 1955 as excepcionais condições oferecidas pela natureza atraíram estudos de eixos no Canyon que se desenvolve por cerca de 60 quilômetros entre Paulo Afonso e o baixo rio São Francisco.

Em princípios da década de 80 as previsões de crescimento do mercado de energia elétrica mostraram a conveniência de serem concluídos os estudos de eixos alternativos, escolhido o eixo definitivo e desenvolvidos os trabalhos de engenharia de campo para apoio ao projeto básico e elaborados estudos de viabilidade, projeto básico e especificações necessários à concretização do aproveitamento.

Em março/1982 a CHESF submeteu à ELETRONORTE sua escolha do "eixo Canindé" situado no fim do Canyon cerca de 60 km a jusante de Paulo Afonso, entre os Estados de Alagoas e Sergipe, e imediatamente a montante das cidades de Piranhas (AL) e Canindé do São Francisco (SE).

Do ponto de vista de energia e de custo, as soluções Canindé e Xingó (eixo "tradicional") eram equivalentes, havendo apenas algumas diferenças do ponto de vista da tecnologia construtiva.

A ELETROBRÁS ratificou a

opção da CHESF em favor do Eixo Canindé e como o nome Xingó para o Aproveitamento Hidrelétrico do Canyon do rio São Francisco já estava consagrado no Setor Elétrico e até mesmo a nível de organismos internacionais, o Projeto mantém o nome Xingó agora aplicado a esse Eixo "Canindé" situado cerca de 30 km a jusante do Eixo Xingó, originalmente estudado.

A partir de junho/1982 intensificaram-se os serviços de engenharia de campo para apoio à elaboração do projeto básico e os trabalhos desenvolvidos mostraram o acerto de decisão pois o "lay out" final resultou simples e de custo bastante inferior aos de outros aproveitamentos hidrelétricos em construção ou em projeto, no Brasil.

## CUSTO DA OBRA

O projeto está orçado, a preços de julho de 1985 (sem incluir o item de juros durante a construção), em 9,7 trilhões de cruzeiros (1,63 bilhões de dólares). Isto significa US\$ 542,40/kW instalado na primeira etapa (3.000 MW), valor este que será reduzido para os 2.000 MW adicionais da segunda etapa pois todos os custos de barragem, vertedouro e tomada d'água já terão sido realizados e rateados nos 3.000 MW da primeira etapa.

E finalmente "the last but not the least": a UHE Xingó acrescentava a essa lista mais um excepcional atrativo: totalmente encaixada no Canyon, o seu reservatório apenas "encherá" parcialmente esse Canyon não implicando em relocação de populações ou inundação de terras agriculturáveis, enquanto as propriedades rurais situadas na margem do Canyon serão automaticamente beneficiadas com elevação de nível d'água que se aproximará dessas propriedades elevando-se em até mais de 100 metros na vertical, facilitando assim o seu bombeamento para uso humano, animal e para irrigação.

## A LUTA POR XINGÓ

Quando, função de todos esses aspectos altamente favoráveis, tudo parecia caminhar tranquilamente e o efetivo início das obras dependia apenas de uma compatibilidade entre as necessidades de energia, riscos de déficit e disponibilidade financeira do Setor Elétrico brasileiro, interesses puramente comerciais e inaceitáveis de um grande empreiteiro, aproveitaram o compreensível e legítimo desejo de técnicos da ELETRONORTE de dar continuidade às obras de

Tucuruí e criaram um poderoso esquema de pressão, destinado a dar prioridade à segunda Casa de Força de Tucuruí (Tucuruí II), adiando a construção de Xingó.

Uma luta que mobilizou forças políticas e lideranças do Nordeste levou aos jornais, às Câmaras Legislativas, à Eletrobrás e ao Ministério das Minas e Energia e às Entidades Sindicais um acervo considerável de dados que mostraram que a tentativa de retirar de Xingó a prioridade como a próxima obra de geração elétrica no Norte/Nordeste atendia apenas a interesses empresariais estranhos ao Setor Elétrico.

É oportuno transcrever alguns dados comparativos:

- A - Potência inicial instalada (kW x 10<sup>3</sup>)  
Xingó - 3210  
Tucuruí - 1320
- B - Energia firme (kW x 10<sup>3</sup>)  
Xingó - 2141  
Tucuruí II - 311
- C - Potência adicional futura (kW x 10<sup>3</sup>)  
Xingó - 2140  
Tucuruí - 1980
- D - Custo adicional de transmissão para o Nordeste (US\$/kW)  
Xingó - 0  
Tucuruí II - 300
- E - Custo da energia gerada (mills/kWh)  
Xingó - 10,98 (Cr\$ 65,88)\*  
Tucuruí II - 48,76 (Cr\$ 292,56)\*  
(\* 1 US\$ - Cr\$ 6.000)

Enquanto a UHE Xingó tem uma capacidade de geração garantida superior a 18 bilhões de kWh anuais, Tucuruí II, sem a construção do reservatório de regularização a montante, proporciona uma garantia de apenas 3 bilhões de kWh anuais.

Insistiram muito os defensores de Tucuruí II no menor investimento inicial e no risco de déficit para o Nordeste no ano de 1991.

A Casa de Força de Tucuruí II leva, comparando-se com os prazos para construir a UHE Xingó, uma vantagem de cerca de 14 meses. Em Tucuruí estão prontas a barragem, o vertedouro e a escavação da Casa de Força, explicando-se assim o menor prazo necessário entre o início das obras e a operação comercial da Usina.

Dois aspectos extremamente importantes são sempre lembrados quando se trata de defender a prioridade de construção da UHE Xingó:

- A UHE Xingó localiza-se cerca de 400 km dos grandes centros de consumo do Nordeste (as regiões metropolitanas de Salvador e Recife). A energia elétrica para

esses centros, se trazida de Tucuruí II exigirá transporte adicional de mais de 1.000 km e os correspondentes custos de transmissão e regulação.

- A energia firme de Tucuruí II é a sexta parte da disponível em Xingó.

O aumento dessa capacidade de energia firme só será possível com construção do Reservatório de Regularização a montante, nos rios Tocantins ou Araguaia.

Na aparente vantagem inicial de menor desembolso na construção de Tucuruí II, esconde-se na realidade uma bomba de efeito retardado: Se fosse dada prioridade a Tucuruí II, logo após o início das obras os seus defensores "descobririam" que a Usina precisava de água e que só maciços investimentos em reservatório a montante justificariam a construção da Segunda Casa de Força de Tucuruí.

Estamos no mês de novembro/1985 e todos os dados disponíveis conduzem à conclusão que o bom senso prevaleceu: o Sr. Presidente da República acaba de aprovar o Plano de Recuperação e Programa de Investimento para o Setor Elétrico, que traz no seu bojo a prioridade de Xingó como a próxima obra hidrelétrica no Norte/Nordeste.

A luta por Xingó foi até agora vitoriosa. Todos os segmentos da sociedade que dela participaram terão de se manter em alerta constante para evitar que manobras de bastidores torpediem uma indicação dos órgãos técnicos do Setor Elétrico, já aprovada pelo Sr. Presidente da República.

No instante em que um movimento de opinião garante a execução da UHE Xingó, surge de imediato a lembrança de um episódio com desdobramento bem diferente:

- Em março de 1980, à revelia da CHESF, sem qualquer análise ou justificativa, destinado exclusivamente a garantir privilégios a uma Multinacional, um Decreto sorrateiro do Governo Federal retirou o Estado do Maranhão da área de concessão da CHESF. Para um gesto inexplicável na defesa de interesses inconfessáveis, o Governo de então só teve um caminho: agir às escondidas e silenciar. Nenhuma explicação, nenhuma resposta às questões levantadas, nenhuma satisfação à Sociedade. Apenas o silêncio. Cinco anos após, um processo democrático que começa a florescer, revela que é melhor, mais bonito e mais estimulante viver numa Democracia.



# SEMINÁRIO NACIONAL DA CONSTITUINTE

Em assembléia das mais concorridas, o Sindicato dos Engenheiros elegeu, no dia 14 de novembro, os oito delegados de base e os dois suplentes, os quais, juntamente com os três diretores executivos e os dois delegados representantes na FNE, representaram a nossa categoria no Seminário Nacional da Constituinte, que foi realizado de 5 a 7 de dezembro, em Belo Horizonte.

Promovido pela Federação Nacional dos Engenheiros, o Seminário, que aconteceu na Assembléia Legislativa mineira, contou com a participação dos 20 Sindicatos dos Engenheiros filiados, sediados nas diversas unidades da Federação.

No Seminário discutimos as formas e conteúdos do que consideramos que deva nortear a Constituinte e a Constituição, sugerindo as abordagens políticas e necessárias nas áreas de engenharia, para a nova Constituição que exprima adequadamente a realidade atual, como cidadão e como profissional.

A delegação de Pernambuco ao Seminário foi composta pelos companheiros: José Ailton de Lima, Antoniel Alves Feitosa, Clidemar da Câmara Torres, Roberto Luiz Carvalho Freire, Sílvio Roberto Caldas Bompastor, Néelson Vianna Peçly, Arlindo Ferreira Teles, José Araújo Pereira Filho, como delegados de base e Cláudio Pinto

de Melo, Cláudio José Marinho Lúcio, Jurandir Pereira Liberal, Carlos Roberto Aguiar de Brito e Zoroastro Maia Soares, como delegados de diretoria e representantes junto à Federação.

Foi o seguinte o temário do Seminário:

## I Parte

A contribuição dos engenheiros como cidadãos, assim definida:

- a) estudo comparativo entre as constituições do Brasil e outras;
- b) as grandes questões políticas nacionais e a Constituição;
- c) as grandes questões econômicas e a Constituição;
- d) as grandes questões sociais e a Constituição.

## II Parte

A contribuição dos engenheiros como profissionais, definindo:

- a) Energia
- b) Recursos Minerais
- c) Habitação
- d) Uso do Solo Urbano
- e) Saneamento e Meio Ambiente
- f) Informática
- g) Comunicação
- h) Agricultura
- i) Transportes
- j) Política Industrial e Tecnologia
- l) Segurança do Trabalho

## ITAPARICA: ENERGIA E APREENSÃO

A expansão do mercado consumidor de energia elétrica determina a permanente ampliação de suas fontes geradoras. No caso do Nordeste, esta responsabilidade cabe à CHESF - Cia. Hidro Elétrica do São Francisco, empresa estatal de economia mista do Governo Federal.

Dentro do seu plano de expansão, já bastante comprometido pelo sistemático corte de verbas decorrente da política de recessão, a CHESF, daqui a 16 meses, iniciará o enchimento do reservatório de ITAPARICA, onde será instalada a Usina de mesmo nome, com a capacidade final de 2.740

mil quilowatts. A necessidade e a importância de tal obra são inquestionáveis. Entretanto, o que nos preocupa são os aspectos sociais aí envolvidos. O reservatório inundará parte dos municípios pernambucanos de Petrolândia, Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco, inundando completamente as respectivas sedes dos dois primeiros, e na Bahia, parte dos municípios de Rodelas, Glória, Abaré e Chorrochó, inundando completamente a cidade de Rodelas, sede do município de mesmo nome.

São cerca de 7 mil famílias, ou seja, cerca de 35 mil pessoas, que

serão retiradas das terras onde moram e trabalham, e muito nos preocupa o tempo disponível para solução de tão delicado problema. Preocupamo-nos fundamentalmente porque não temos a certeza da disponibilidade de recursos para tal fim. Pois, quando, pelo tempo disponível deveriam estar dando solução aos problemas decorrentes da relocação que já deveria ter sido efetivada, ainda estão às voltas com famigerados "planos" que não nos parece contarem com a necessária credibilidade da população atingida.

Os aspectos sociais e as preocupações aqui abordados, assumem

maior dimensão diante do fato que se verifica na Usina de Moxotó, cujos 440.000 kW se acham comprometidos. Na estrutura daquela usina está se processando uma reação química que provoca a expansão do concreto. Isto acarreta constante deformação no tubo de sucção e desalinhamento das portas móveis com suas inevitáveis consequências, reduzindo assim a confiabilidade daquela usina. Assim, torna-se impossível qualquer retardo nas obras de Itaparica, sob pena de comprometer o fornecimento de energia elétrica a todo o Nordeste.

## REALIZADO O I ECENE

Com a participação de delegações das Companhias de Eletricidade dos Estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia, e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, realizou-se entre os dias 8 e 10 deste mês, o I Encontro de Engenheiros de Concessionárias de Energia Elétrica do Nordeste, no auditório da Celpe, no Recife.

Na abertura do Encontro, o presidente da Celpe, Heraldo Borborema; o diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Pernambuco, engenheiro Samuel Costa Filho; e o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, João Eduardo Moritz, debateram a Gestão Democrática nas Estatais, no auditório da Celpe.

Os trabalhos do I ECENE, todavia, desenvolveram-se no Clube de Engenharia, onde três grupos abordaram os temas: A Atual Situação e Perspectivas Técnicas e Salariais dos Engenheiros; A Participação dos Engenheiros nas Entidades de Classe; e O Posicionamento dos Engenheiros Diante da Interferência Política nas Decisões das Concessionárias.

As principais conclusões tiradas do I ECENE foram de que, como categoria assalariada, os engenheiros devem ter uma participação maior nos Sindicatos majoritários, como também faz-se necessário que as empresas promovam um melhor treinamento na área gerencial e disponham, ainda, de uma política de treinamento coerente

com os seus objetivos empresariais. O Encontro concluiu, também, por uma maior necessidade de troca de informações entre os Sindicatos, tanto os dos Engenheiros, como os majoritários.

Os participantes do Encontro ressaltaram, ainda, a importância dos reajustes trimestrais, compatíveis com a inflação real, a unificação da data-base para novembro e a implantação de um Plano de Cargos e Salários com a participação dos Sindicatos. Também ficou decidido que sejam calculadas as perdas reais dos salários nos últimos dez anos e estabelecido um prazo para o seu resgate. E, ainda, que seja elaborado um quadro de pessoal para cada empresa, para que se tenham quantificadas as

reais necessidades de contratação de pessoal, e que as mesmas se façam por concurso público.

Com relação ao adicional de periculosidade, ficou decidido que será solicitado ao Ministério do Trabalho que a regulamentação do referido adicional seja discutida pelos Sindicatos antes de sua regulamentação ser sancionada pelo Ministério.

# EDITORIAL

Manter a unidade do trabalho em defesa da categoria e dos seus interesses: este tem sido o objetivo permanente da Diretoria do SENGE-PE. Isto não impede, porém, que tenhamos distintas percepções e posicionamentos diante do que o movimento sindical dos engenheiros nos apresenta.

Este número do JORNAL DO ENGENHEIRO traz um exemplo da administração deste processo político de dissensões e unidade.

Posições diferentes sobre a eleição da FNE são colocadas para esclarecimento da categoria, ao mesmo tempo em que continuamos a desenvolver a nossa luta — diretores e militantes, juntos — para fortalecer a nossa Entidade.

É preciso que os colegas não se assustem com estes fatos: são a mera decorrência da democracia e do embate de idéias políticas. Já vai longe no tempo o movimento de 1983 que nos levou à diretoria

do Sindicato. Naquela ocasião, éramos a oposição ao imobilismo, montada a partir de uma proposta de trabalho no Sindicato que conquistou o apoio da maioria absoluta dos engenheiros. Agora, é tempo de aparecerem as nuances que caracterizam as diferentes correntes do movimento sindical.

A nossa posição é a de enfrentar abertamente esta fase que atravessamos. Temos a certeza de que só o aprofundamento da questão ao

nível dos debates na nossa Entidade é que permitirá a escolha mais certa do rumo a seguir. Com a categoria convenientemente informada e participante, ficaremos tranquilos quanto ao processo, certos de que os resultados — principalmente os eleitorais — deverão expressar corretamente a posição majoritária daqueles que representamos.

A DIRETORIA

## CONFIRA SEU SALÁRIO

Como se sabe, de acordo com a lei nº 4.950-A/66, as categorias dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, geólogos e veterinários, para uma jornada diária de 6 horas devem receber a remuneração mensal de 6 salários-mínimos; para 7 horas de trabalho diário, 7,25 salários-mínimos; e para 8 horas de trabalho por dia, a remuneração mensal será de 8,5 salários-mínimos. Além de 8 horas a remuneração sofrerá os acréscimos legais.

De 19 de novembro de 1985 até 30 de abril de 1986, sua remuneração mínima mensal deverá ser de acordo com a tabela abaixo:

JORNADA DIÁRIA (EM HORAS)	BASE DE CÁLCULO (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS)	SALÁRIO MENSAL (EM Cr\$)
6,00	6,00	3.600.000
7,00	7,25	4.350.000
8,00	8,50	5.100.000
9,00	9,75	5.850.000
10,00	11,00	6.600.000

Se o seu empregador não está cumprindo a lei, telefone para o SENGE-PE 231-0821, 222-2902 ou venha conversar conosco.

### NOTA I

Pedimos desculpas aos nossos associados pelo atraso na entrega do ofício circular Nº 095/85, que convocava os colegas para a Assembléia Geral Extraordinária que eleger os dois representantes do SENGE no CREA-PE/FN. É que, apesar de haveremos enviado a correspondência ao Correio com antecedência, a greve dos carteiros atrasou a entrega do referido ofício circular.

### NOTA II

Solicitamos aos colegas associados em atraso com a anuidade do nosso Sindicato que se dirijam à Secretaria para saudar o débito. O apoio financeiro à nossa entidade é fundamental para a condução dos trabalhos em defesa da categoria e dos seus interesses. Caso o companheiro tenha dúvidas sobre o pagamento telefone para 222-2902 ou 231-0821.

## CONVITE AOS ENGENHEIROS

Convidamos os colegas engenheiros a participarem da SEMANA DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEEA/CREA (Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas e Técnicos de Nível Médio) conforme programação abaixo:

Dia 11/12 (quarta-feira)  
09.00 h - Abertura com Sessão Solene Plenária, no CREA.  
Av. Agamenon Magalhães, 2978  
12:00 h - Feijoada no Clube de Engenharia  
Rua Real da Torre, 501 (por trás do Mercado da Madalena)  
Senha Individual - Cr\$ 20.000 (reserva antecipada com Cleide, no CREA - 2315253).

20:30 h - Recepção e Coquetel no Museu da Cidade do Recife (Forte das Cinco Pontas), oferecido pelo CREA, às autoridades locais e aos profissionais integrantes do sistema CONFEEA/CREA.  
Dia 12/12 (quinta-feira)  
Painel sobre Constituinte e Tecnologia no Clube de Engenharia

Dia 13/12 (sexta-feira)  
Festa Dançante no Instituto dos Arquitetos do Brasil (Rua Jenner de Souza, 130 (junto à antiga Escola Técnica Federal, no Derby).  
Senha Individual - Cr\$ 15.000 (garanta sua participação telefonando para Cleide, no CREA).

# O SENGE-PE NAS CAMPANHAS SALARIAIS

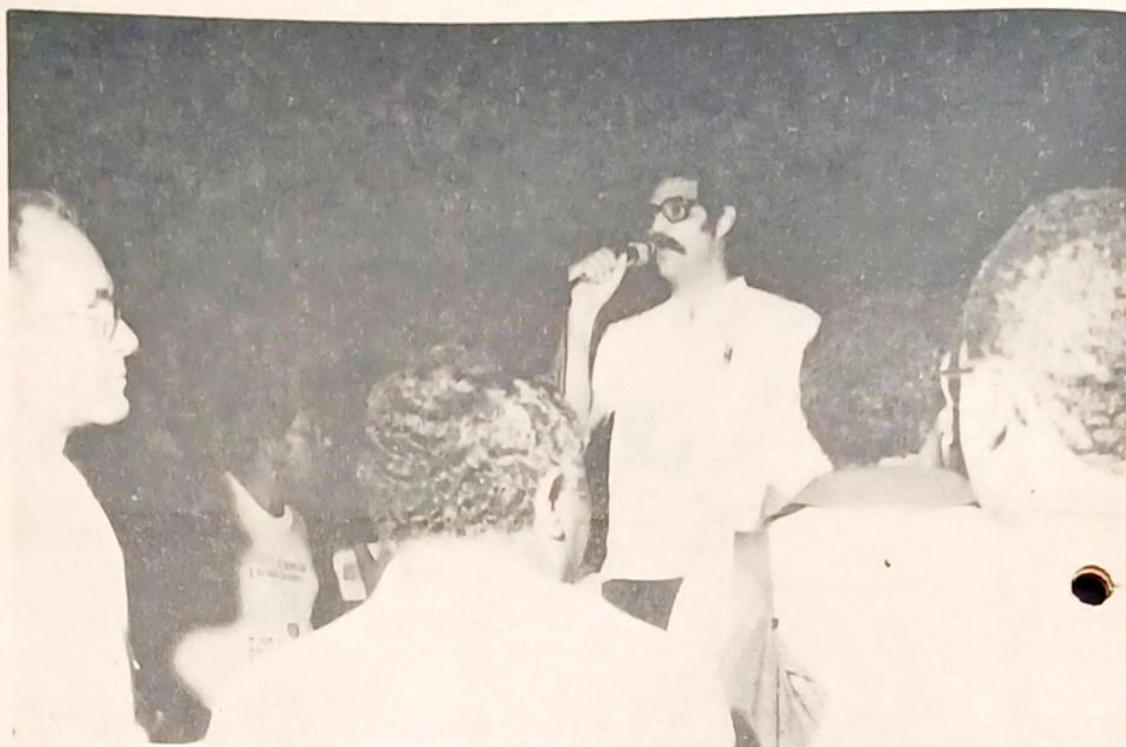


Foto: Mito Abelardo

Nos últimos meses tem sido intensa a participação do Sindicato dos Engenheiros nas campanhas salariais da categoria com negociações junto a órgãos das administrações estadual e federal e na iniciativa privada. Foi assim na Celpe, Compesa, Chesf, nas empresas consultoras e nas administrações diretas e indireta do Estado.

Como membro da Comissão Intersindical em Defesa dos Servidores Públicos, que congrega 26 entidades na luta salarial dos funcionários de nível universitário do Estado, o SENGE-PE participou, no dia 10 de outubro passado, de uma parada de advertência que contou com a presença ativa de milhares de servidores. Às 9 horas daquele dia, junto com a Comissão, realizamos uma manifestação em frente ao Palácio do Governo, ocasião em que a coordenação do movimento entregou ao Secretário da Casa Civil do Governo, o documento do pessoal dos níveis administrativo e técnico. Horas depois, à tarde, tivemos audiência com o Secretário da Fazenda, com o qual negociamos os documentos com as reivindicações do pessoal de nível universitário.

Como resultado da parada de advertência, o Governo concordou em formar comissões que irão implantar o Plano de Cargo e Salário para os servidores da administração indireta. Essas comissões contarão em cada empresa governamental com a participação de um representante da Intersindical. Outra reivindicação atendida foi o retorno da proporcionalidade entre as diversas funções quando dos futuros reajustes salariais.

No caso da administração direta, tivemos atendida a nossa solicitação de escalonamento de 15% entre os níveis salariais, porém o Governo não concordou em equiparar os níveis NU-2, NU-3, NU-4 e NU-5 ao NU-6, como reivindicávamos. No tocante ao piso salarial, nossa proposta foi atendida em parte, pois o Governo só concordou em conceder o piso de todas as categorias universitárias da administração direta em 5 salários mínimos, em janeiro do próximo ano e equiparar para os 6 salários somente em maio. Os servidores universitários que trabalham 8 horas diárias vão ter o seu caso estudado durante este período.

Na Celpe, a campanha caracterizou-se por uma ampla mobilização que resultou em diversas reuniões em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas (STIU), onde se produziu a pauta de reivindicações. Os celpeanos, indistintamente de funções ou categorias, conquistaram o INPC integral, reposição salarial de 9%, produtividade de 3%, e o não pagamento do abono de 15,3% que foi recebido pelos funcionários nos meses de julho, agosto e setembro. Um novo abono foi definido para os meses de janeiro a março do próximo ano, no valor de 15,5%.

Obtiveram, ainda, outras vitórias como reuniões trimestrais entre os sindicatos e a direção da empresa e a readmissão dos cinco empregados demitidos na greve de 1979.

Na Chesf, também ao lado do STIU, a grande mobilização dos chesfianos redundou em numero-

sas reuniões feitas no local de trabalho, conquistando-se, no final, o INPC integral para todos, uma reposição salarial de 9,8% e produtividade de 2%. O abono de 20% conseguido nos meses de agosto, setembro e outubro, só será pago nos meses de maio, junho e julho de 1986. Por último, conseguiram, ainda, os chesfianos, um abono de 20% para os meses de fevereiro, março e abril, e outro, também de 20%, nos meses de agosto, setembro e outubro. Estes abonos serão pagos à empresa seis meses após o seu recebimento sem juros e sem correção.

Outras conquistas importantes na Chesf foram: uma maior gratificação de férias; o compromisso da empresa em contratar os nossos colegas que há anos trabalham para a Chesf como funcionários de locadoras de mão-de-obra, que todo ano mudam de nome e nunca dão férias a seus empregados, que são demitidos e readmitidos na firma de outro nome. E ainda: o compromisso de que o próximo Diretor de Benefícios da Fachesf (Fundação de Seguridade da Chesf) será eleito entre os associados da entidade; e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Na Compesa, o Sindicato participou da luta dos trabalhadores daquela empresa que reivindicavam a reposição salarial das perdas ocorridas nos últimos seis anos, fruto da política escorchante do Governo. Mesmo não estando em época de campanha salarial, os trabalhadores se mobilizaram, realizando assembleias que reuniram até 700 empregados. Após várias

rodadas de negociações, a Diretoria da Compesa concordou em dar 45% das perdas calculadas pelos trabalhadores, como também atendeu na reivindicação de que o Plano de Cargos e Salários seja revisto e discutido em todos os níveis profissionais. A revisão do Plano terá a coordenação de uma comissão eleita em assembleia pelos empregados, de forma a que o mesmo seja homologado ainda neste ano e implantado a partir de 1986, conforme determina o acordo salarial em vigor.

Finalmente, na área das consultoras, o Sindicato dos Engenheiros, a Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Consultoria no Estado de Pernambuco (APECEPE) e as empresas do setor, assinaram no dia 22 de outubro, um Protocolo de Intenções. Pelas empresas assinaram o Protocolo a Agam, Themag, Monasa, Tecnosan e Pec. O Protocolo estabelece, como meta, a mudança da data-base salarial para 1º de maio, iniciando-se, desde já, as providências necessárias para a efetivação daquela medida. As negociações de maio do próximo ano, serão articuladas nacionalmente, entre os vários Sindicatos dos Engenheiros do País e/ou os outros sindicatos e associações representativas dos demais profissionais das empresas de consultoria. A negociação representa um marco importante na luta dos empregados de consultoria pela organização da categoria e pela conquista de melhores salários.